

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Em **Tratado de medicina legal**, Agostinho José de Souza Lima define a perícia médica como toda sindicância promovida por autoridade policial ou judiciária acompanhada de exame e cujos peritos, dada a natureza do exame, são ou devem ser médicos. Disso decorre que o perito médico é a pessoa entendida e experimentada em temas de medicina que, designada pela autoridade competente, deverá esclarecer um fato de natureza médica mais ou menos duradouro.

A perícia médico-legal surgiu da necessidade de solução para casos concretos. A princípio, havia apenas alguns vestígios de perícia médica nas legislações primitivas; depois, os indícios da prática ficaram mais evidentes, principalmente na Idade Média, até a atividade definir-se e concretizar-se na Renascença, com a sua instituição oficial no Código Carolino, em 1532.

A perícia médico-legal já era tarefa do Estado desde o tempo dos egípcios, conforme consta dos papiros da época. Embora a medicina egípcia estivesse impregnada de magia e divindade, e empregasse, na cura das doenças, os encantamentos, os amuletos e o exorcismo, alguns historiadores veem indícios de perícia no Antigo Egito. Os sacerdotes médicos verificavam, por exemplo, se a morte fora violenta ou natural; a prática do embalsamento exigia a mesma verificação. As leis de Menés, o mais antigo faraó da história, mandavam adiar o castigo das mulheres grávidas, excluindo-as das penas aflitivas, o que implicava a intervenção do perito para o diagnóstico da gravidez. O Código de Hamurabi, uma compilação de leis sumerianas, previa penas severas para os casos de erro médico, o que subtendia a prova do erro.

A legislação hebraica, superior às precedentes — porque exigia duas testemunhas para a condenação do suspeito, a responsabilidade das testemunhas e do juiz, a garantia dos tribunais, a publicidade dos debates, a igualdade perante a lei e a ausência de meios de tortura —, mostrava o sentimento de justiça unido à rigidez do dogma religioso. Segundo essa legislação, os conhecimentos médicos deveriam ser aplicados pelo sacerdote, que também exercia a função de médico.

João Baptista de Oliveira e Costa Júnior. Os primórdios da perícia médica. Internet: <www.revistas.usp.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, com base nas ideias veiculadas no texto CG1A1.

- 1 A necessidade de solução para casos concretos originou a prática da perícia médico-legal.
- 2 Está implícita no texto a ideia de que todos os médicos são aptos ao exercício da perícia médico-legal.
- 3 Infere-se do terceiro parágrafo do texto que, nos dias atuais, a atividade de perícia médico-legal é responsabilidade do Estado.
- 4 A oficialização, em 1532, da perícia médico-legal no Código Carolino é uma evidência de que essa atividade já era realizada na época da Renascença.
- 5 Segundo as ideias do texto, a superioridade da legislação hebraica em relação às legislações precedentes no que diz respeito à perícia médica fica evidenciada pelo aspecto religioso inerente ao exercício da perícia nos primórdios dessa prática.

A respeito da estrutura linguística e do vocabulário empregados no texto CG1A1, julgue os próximos itens.

- 6 Seriam mantidos os sentidos e as relações coesivas entre os períodos do último parágrafo caso se substituísse a expressão “essa legislação” (último período do texto) pelo segmento o **referido compêndio**.
- 7 O trecho “define a perícia médica como toda sindicância promovida por autoridade policial ou judiciária acompanhada de exame e cujos peritos, dada a natureza do exame, são ou devem ser médicos” (primeiro período do primeiro parágrafo) poderia ser reescrito, mantendo-se a correção gramatical e o seu sentido original, da seguinte forma: **define a perícia médica como qualquer sindicância promovida por autoridade policial ou judiciária acompanhada de exame e que os peritos são ou devem ser médicos, devido a natureza do exame**.
- 8 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se empregasse vírgula após a forma verbal “decorre” (segundo período do primeiro parágrafo).
- 9 A correção e o sentido do texto seriam mantidos caso a expressão “mais ou menos” (segundo período do primeiro parágrafo) fosse substituída por **comedidamente**.
- 10 O trecho “havia apenas alguns vestígios de perícia médica nas legislações primitivas” (segundo período do segundo parágrafo) poderia ser reescrito, com manutenção da correção gramatical e da coerência de suas ideias, da seguinte forma: **encontraram-se, nas legislações primitivas, apenas alguns vestígios de perícia médica**.
- 11 No segundo parágrafo, as palavras “prática”, “atividade” e “instituição” integram uma cadeia coesiva, substituindo o emprego da expressão “perícia médico-legal”.
- 12 No trecho “conforme consta dos papiros da época” (primeiro período do terceiro parágrafo), a substituição de “dos” por **nos** manteria a correção gramatical do texto.
- 13 A coerência e a correção do texto seriam mantidas caso a forma verbal “estivesse” (segundo período do terceiro parágrafo) fosse substituída por **tivesse**.
- 14 A correção gramatical do primeiro período do quarto parágrafo seria mantida caso se suprimisse a vírgula empregada logo após o travessão em “e ausência de meios de tortura —”.
- 15 Estariam mantidos a correção gramatical e o sentido textual caso a forma verbal “fora” (terceiro período do terceiro parágrafo) fosse substituída por **havia sido**.
- 16 Os segmentos “o mais antigo faraó da história” (quarto período do terceiro parágrafo) e “uma compilação de leis sumerianas” (último período do terceiro parágrafo) exercem função explicativa em relação aos termos que os antecedem, respectivamente, “Menés” e “O Código de Hamurabi”.
- 17 Estariam mantidos os sentidos do último período do terceiro parágrafo caso se deslocasse o termo “severas” para antes do substantivo “penas”.

De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (MRPR), julgue os itens a seguir.

- 18 A referência, a substituição, a elipse e o uso de conjunção são recursos que podem favorecer a coesão e a coerência de um texto oficial.
- 19 A redação oficial, segundo o MRPR, é o modo como o poder público padroniza as comunicações oficiais e as partes básicas das leis.
- 20 Entre as características esperadas de um texto oficial estão a clareza, a impessoalidade e a informalidade.

Considerando o disposto nos Decretos n.º 1.171/1994 e n.º 6.029/2007, julgue os itens a seguir.

- 21 Nos trabalhos das comissões de ética, deve-se observar, sem prejuízo da celeridade, a proteção à honra e à imagem da pessoa investigada.
- 22 A sujeição ao Código de Ética do Servidor Público Federal alcança a prestação de serviços permanentes, temporários ou excepcionais, desde que haja retribuição financeira e ligação, direta ou indireta, a qualquer órgão do poder estatal federal, incluídas as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- 23 Os procedimentos instaurados para a apuração de prática em desrespeito às normas éticas devem tramitar de forma reservada até a conclusão da investigação e a deliberação da comissão de ética.

Com base nas Leis n.º 12.527/2011 e n.º 12.813/2013, que dispõem, respectivamente, sobre o acesso à informação e o conflito de interesses, julgue os próximos itens.

- 24 Os pedidos de acesso à informação protocolados perante os órgãos públicos devem ser motivados, assim como as recusas que venham a ser formalizadas em face desses pedidos.
- 25 A ocorrência de conflito de interesses pressupõe a existência de lesão ao patrimônio público, assim como de recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro.

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir, com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 26 Aos trabalhadores urbanos e rurais é garantido o direito ao aviso prévio de, no máximo, 30 dias, independentemente do tempo de serviço.
- 27 Havendo colisão entre direitos fundamentais individuais e direitos fundamentais coletivos, prevalecem os primeiros, dado o caráter absoluto dos direitos e garantias individuais.
- 28 Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social tem direito a renda básica familiar garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda.
- 29 É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita a seus filhos e dependentes, desde o nascimento até os 6 anos de idade, em creches e pré-escolas.
- 30 Decorre da garantia do salário mínimo nacional o direito à revisão de benefício previdenciário pelo valor nominal do salário mínimo.

À luz do disposto na CF e do entendimento do STF, julgue os próximos itens, relacionados aos princípios da administração pública.

- 31 Órgãos e entidades da administração pública devem realizar avaliação das políticas públicas, o que pode ser considerado expressão do princípio da eficiência.
- 32 A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, admitida a veiculação de nomes, símbolos ou imagens dos agentes políticos responsáveis por sua implementação.
- 33 Em atenção ao princípio da publicidade, é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- 34 Constitui violação à CF a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.
- 35 O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado de forma objetiva, específica e formal, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impedimento ao direito fundamental à informação.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos federais.

- 36 O servidor que acumular licitamente dois cargos efetivos e vier a ser investido em cargo de provimento em comissão poderá continuar a exercer ambos os cargos efetivos caso haja compatibilidade de horário e local.
- 37 A irredutibilidade do vencimento do cargo efetivo não se estende às vantagens pecuniárias, sejam elas de caráter permanente ou temporário.
- 38 Por terem natureza indenizatória, a ajuda de custo, as diárias, o transporte e o auxílio-moradia não se incorporam ao vencimento do servidor público.
- 39 Caso o servidor público seja absolvido na esfera criminal, sua responsabilidade administrativa pelo mesmo fato será afastada, independentemente do fundamento que ensejou a absolvição penal.
- 40 É obrigação do servidor público deixar de cumprir ordens manifestamente ilegais, ainda que emanadas de superior hierárquico, devendo o referido servidor representar contra esses atos ilícitos.

No tocante à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 41 O ato ilícito culposo causador de dano praticado por perito médico federal no desempenho de seu ofício privado em consultório médico particular atrai a responsabilidade civil do Estado, em virtude da qualidade de agente público do perito.
- 42 No direito brasileiro, a responsabilidade civil do Estado prescinde da existência de dolo ou culpa, ao passo que a configuração da responsabilidade do agente público requer a presença desses elementos subjetivos.

Julgue os itens seguintes, com base no disposto na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa.

- 43 Permitir ou facilitar a aquisição de bem ou serviço por preço superior ao de mercado constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- 44 Além do agente público, pessoas físicas e jurídicas privadas também podem ser autoras de ato de improbidade administrativa quando celebrarem com a administração pública convênio que envolva recursos de origem pública.
- 45 O servidor público somente poderá tomar posse em cargo efetivo se apresentar a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza enviada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, devendo atualizar essa declaração de bens anualmente e na data em que vir a deixar o exercício do cargo público.

Com base no disposto na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens a seguir.

- 46 A aplicação da sanção de inidoneidade é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão público, sendo garantido ao interessado o direito de defesa em até 15 dias após a abertura de vista ao processo.
- 47 O acesso à informação abrange o direito de obtenção de dados, salvo quando o sigilo for indispensável para a proteção de projetos científicos ou tecnológicos cruciais à segurança da sociedade e do Estado.
- 48 Define-se integridade como a garantia de que a informação foi produzida, expedida, recebida ou modificada por uma fonte legítima e identificável.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao sistema eletrônico de informações (SEI).

- 49 Documentos classificados como imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado devem ser inseridos no SEI/MGI com a especificação de sigilosos.
- 50 Recomenda-se o uso de Blocos Internos para a organização de conjuntos de processos por assunto dada a possibilidade de recuperá-los quando necessário e de realizar o controle do que foi tratado pela unidade, com visibilidade restrita à unidade que os criou.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com base no Código de Ética Médica, julgue o próximo item.

- 51** É vedado a médico perito modificar a solicitação de exames complementares realizada por médico assistente.

Um caixa de supermercado de 61 anos de idade, portador de cardiopatia chagásica com antecedente de implante de marca-passo, relatou dispneia ao tomar banho havia três semanas, quando foi afastado do trabalho por médico assistente pelo período de 30 dias. Ele compareceu à perícia no 22º dia do atestado. Na ocasião, relatou a persistência dos sintomas. Ao exame físico apresentou frequência cardíaca de 108 bpm, ritmo cardíaco regular em três tempos (terceira bulha) sem sopros e edema de tornozelos. O resultado do ecocardiograma demonstrou fração de ejeção de 28%. Ele estava em uso regular de furosemida, enalapril, espirolactona e carvedilol em doses máximas preconizadas.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 52** O perito deverá acrescentar à prescrição médica empaglifozina, dada a comprovada redução de mortalidade com o uso desse medicamento nessas situações.
- 53** O referido segurado deverá retornar ao trabalho após a avaliação pericial.

No que se refere à conduta pericial em medicina previdenciária, julgue o próximo item.

- 54** Nos casos de indeferimento dos requerimentos dos benefícios por incapacidade, cabe ao médico perito avaliar a admissibilidade dos recursos interpostos pelos interessados, considerando as respectivas contrarrazões expostas.

Um segurança particular de 49 anos de idade sofreu infarto agudo do miocárdio (IAM) anterior extenso, tendo sido submetido a tratamento conservador. Retornou ao trabalho assintomático e em condições clínicas satisfatórias após 30 dias de afastamento e, passados seis meses do IAM, teve insuficiência cardíaca classe funcional III (NYHA). Na ocasião, foi afastado do trabalho e submetido a cateterismo cardíaco, cujo resultado revelou disfunção ventricular esquerda severa, oclusão proximal da artéria descendente anterior e lesões graves das artérias coronárias direita, circunflexa e diagonal, todas sem condições técnicas de revascularização miocárdica. Ele permaneceu em licença para tratamento de saúde desde então. Após três anos do IAM, o paciente ainda se queixava de dispneia aos mínimos esforços, a despeito de tratamento clínico otimizado, e o resultado do ecocardiograma apresentou FE = 36%. No último mês, apresentou dois episódios de síncope sem pródromos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 55** O primeiro dia do IAM deve ser considerado como a data do início da incapacidade.
- 56** O periciado deverá ser aposentado por invalidez com revisão posterior.
- 57** Recomenda-se notificar o serviço médico do departamento de trânsito, em razão do quadro atual poder interferir na condução de veículos automotores.

Um aposentado do Regime Geral de Previdência Social, de 78 anos de idade, com autonomia para as atividades básicas da vida diária, apresentou relatório médico com diagnóstico de doença de Alzheimer de grau leve, confirmado durante a perícia médica.

Considerando esse caso hipotético, julgue o próximo item.

- 58** Trata-se de indivíduo portador de doença especificada no inciso XIV do art. 6º da Lei n.º 7.713/1988 com direito à isenção do imposto de renda.

Julgue os itens a seguir, referentes à conduta pericial em medicina do trabalho e previdenciária.

- 59** Suponha que uma servidora pública submetida a tireoidectomia total devido a neoplasia maligna da glândula tireoide tenha ficado afastada de suas atividades laborais por 90 dias. Nessa situação hipotética, o tipo de intervenção cirúrgica a que a servidora foi submetida e o tempo de afastamento do serviço justificam a concessão de aposentadoria por invalidez com proventos integrais.
- 60** Considere que um servidor público que tenha trabalhado durante 25 anos na área de produção de aminas aromáticas e seus derivados tenha iniciado quadro de hematúria há 3 meses. Considere, ainda, que, após investigação diagnóstica, tenha sido constatada neoplasia maligna de bexiga, considerada, na avaliação da junta oficial, uma neoplasia com mau prognóstico em curto prazo e inoperável. Nesse caso, deve ser concedida ao servidor a aposentadoria por invalidez.

Julgue os itens que se seguem, referentes à clínica médica e conduta médico-pericial nas áreas de cardiologia, ortopedia e psiquiatria.

- 61** A fobia específica, diagnóstico comum em vítimas de assédio moral no trabalho, caracteriza-se pelo medo de constrangimento ou humilhação no trabalho, além do medo de avaliação negativa em outras situações sociais.
- 62** A síndrome de insuficiência cardíaca congestiva é considerada cardiopatia grave caso se observem sinais de disfunção ventricular, tontura, síncope, precordialgia, fração de ejeção < 50%, bem como dilatação e hipocontratibilidade ventricular verificadas no estudo hemodinâmico ou ecocardiograma.
- 63** Caso um paciente relate descontrole financeiro, humor irritável, sentimento de tristeza intenso, ruminação acerca de uma perda significativa, insônia, falta de apetite e perda de peso — sinais que podem se assemelhar a um episódio depressivo —, deve-se considerar o diagnóstico diferencial de episódios maníacos mistos.
- 64** Considere que um eletricista de 40 anos de idade contratado há 3 meses caia de uma altura de 3 metros durante o desempenho de suas funções e frature a tíbia em 3 pontos, afastando-se de suas atividades laborais por 60 dias. Nesse caso, apesar da gravidade do quadro, o trabalhador não tem direito ao auxílio-doença.
- 65** No transtorno de ansiedade generalizada, a intensidade, duração ou frequência da ansiedade e preocupação é proporcional à probabilidade real ou ao impacto do evento antecipado.

Julgue os itens a seguir, relativos a doenças relacionadas ao trabalho.

- 66** Para efeitos do controle médico ocupacional da exposição a níveis de pressão sonora, de acordo com a NR 7, devem ser submetidos a exames audiométricos de referência e sequenciais todos os empregados que exerçam suas atividades em ambientes onde a pressão sonora esteja acima dos níveis considerados insalubres estabelecido na NR 15.
- 67** O estado de estresse pós-traumático caracteriza-se por episódios de repetidas revivências, sensação persistente de entorpecimento ou embotamento emocional logo após o trauma, sem período de latência, ao contrário do que se verifica na síndrome de *burnout*.
- 68** A asma ocupacional é uma pneumoconiose cujo exame diagnóstico mais adequado é o pico de fluxo; para asbestose e silicose, os exames mais indicados são, respectivamente, a radiografia de tórax e a espirometria.
- 69** A lesão do nervo poplíteo externo, também conhecido como fibular comum, ramo do nervo ciático responsável pela inervação dos músculos do pé, pode ocorrer em costureiras e alfaiates, profissionais que mantêm as pernas cruzadas por muito tempo, ocasionando a compressão do nervo e alterações sensitivas e motoras, que são incluídas no grupo LER/DORT.
- 70** A intoxicação aguda por agrotóxico caracteriza-se por sinais e sintomas súbitos, o que facilita a associação entre a exposição do indivíduo ao produto tóxico e o trabalho que ele desenvolve, diferentemente da intoxicação crônica, que se caracteriza por quadros clínicos indefinidos e de difícil diagnóstico, o que dificulta o estabelecimento da relação entre a exposição do indivíduo ao produto tóxico e o trabalho.

Engenheira civil contratada em uma construtora apresentou atestado de afastamento do trabalho com base em relatório médico de quadro depressivo assinado por psiquiatra assistente. Por ocasião da homologação da documentação na empresa, a engenheira relatou ao médico do trabalho o que já havia relatado ao especialista assistente que a atendera: que, por ser mulher, não era respeitada pelos profissionais da obra, sendo alvo frequente de insinuações de caráter sexual. Relatou, ainda, que, em seu posto de trabalho, dispunha somente de computador portátil para elaborar as planilhas. A trabalhadora informou também que já havia notificado os ocorridos à CIPA.

Tendo como referência a situação hipotética precedente, julgue os itens seguintes.

- 71** Ao emitir o laudo pericial, o médico do trabalho pode, caso discorde do relatório do médico assistente especialista, alterar o diagnóstico emitido por este, desde que registre no prontuário, após o devido exame clínico da trabalhadora, os achados clínicos que justifiquem tal discordância.
- 72** Tanto o médico assistente quanto o médico do trabalho devem realizar a notificação compulsória, dados os indícios de discriminação de gênero.
- 73** O relatório médico, a anamnese e o exame clínico são elementos periciais suficientes para que o médico do trabalho estabeleça onexo causal entre o transtorno mental da trabalhadora e suas atividades laborais.
- 74** O médico do trabalho deve notificar a empresa a respeito da necessária vedação da utilização do uso do computador portátil nas atividades ocupacionais não eventuais.
- 75** É obrigação da referida empresa a fixação de procedimentos para recebimento e acompanhamento de denúncias, bem como para apuração dos fatos e aplicação de sanções administrativas aos responsáveis diretos e indiretos por atos de assédio sexual.

- 76** A organização do trabalho no segmento da construção civil caracteriza-se, segundo a psicodinâmica do trabalho, pela ideologia defensiva da virilidade, o que pode contribuir para a prática de ações que envolvam discriminação de gênero.

Julgue os itens a seguir, referentes a gestão de riscos, promoção da saúde do trabalhador e adaptações do ambiente do trabalho.

- 77** Caso uma empregada presencie a prática de assédio sexual em seu setor de trabalho, ela poderá denunciar o fato à CIPA da organização, desde que se identifique, já que, nessa situação, é vedado o anonimato da pessoa denunciante.
- 78** Suponha que um empregado contratado como porteiro de um prédio apresente sequelas motoras definitivas em consequência de grave acidente fora do ambiente de trabalho. Nessa situação hipotética, é prescindível a submissão do trabalhador a processo de reabilitação profissional, ainda que ele seja considerado pessoa com deficiência.
- 79** Considere que Maria, que realiza trabalho insalubre como auxiliar de limpeza na empresa XYZ, esteja prestes a retornar do período de licença maternidade e não amamente seu filho prematuro internado em unidade hospitalar. Nessa situação hipotética, Maria poderá retornar à sua atividade laborativa insalubre, sem necessidade de se submeter a exame de retorno ao trabalho.
- 80** Suponha que um empregado fique afastado do trabalho em decorrência de grave acidente não relacionado à sua atividade laboral. Nesse caso, na avaliação médica do trabalhador por ocasião do exame de retorno ao trabalho, deve ser definida a necessidade de seu retorno gradativo ao trabalho.

Julgue os seguintes itens, relativos à estabilidade provisória e ao teletrabalho.

- 81** A garantia a manutenção do contrato de trabalho na empresa a segurado que tenha sofrido acidente do trabalho independe de percepção de auxílio-acidente.
- 82** O segurado que sofra acidente do trabalho terá garantia, pelo prazo máximo de 12 meses, à manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário.
- 83** Os empregados com deficiência terão preferência na alocação em vagas para atividades a serem efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto, desde que comprovem, mediante relatório de perícia médica, a real necessidade de sua alocação nessa modalidade de trabalho.

Julgue os itens a seguir, com base na NR 7, que dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), e na NR 32, que dispõe sobre a segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde.

- 84** Na tabela de classificação dos agentes biológicos, o símbolo O+ significa a existência de agente oncogênico de risco moderado.
- 85** Os agentes biológicos que causam risco individual moderado para o trabalhador e apresentam baixa probabilidade de disseminação para a coletividade são classificados na classe de risco 3.
- 86** O PCMSO tem por objetivo a proteção da saúde dos empregados em relação aos riscos ocupacionais e caracteriza-se como projeto de seleção de pessoal.
- 87** Entre os agentes biológicos encontram-se os príons, que são partículas proteicas infecciosas que não possuem ácidos nucleicos.

Considerando o disposto na Norma Regulamentadora n.º 31, que trata da segurança e saúde no trabalho rural, julgue os itens que se seguem.

- 88** O empregador rural deve disponibilizar a todos os trabalhadores informações a respeito do uso de agrotóxicos no estabelecimento, abordando o intervalo de tempo entre a aplicação dos agrotóxicos e a entrada, sem a necessidade de uso de EPI, de pessoas na área tratada.
- 89** O trabalhador deve comunicar, imediatamente, ao seu superior hierárquico as situações de trabalho que envolvam risco grave e iminente para a sua vida ou saúde bem como para a de terceiros.
- 90** Considera-se exposição direta aquela a que se sujeitam os trabalhadores que lidam com o armazenamento de embalagens lacradas e não violadas de agrotóxicos e produtos afins.

No que se refere à legislação previdenciária, julgue os itens que se seguem.

- 91** É de doze contribuições mensais o período de carência para que o segurado tenha direito ao recebimento do auxílio por incapacidade temporária e da aposentadoria por incapacidade permanente, nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho.
- 92** Doença ou lesão anterior à filiação do segurado ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, nem mesmo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- 93** Mantém a qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social, independentemente de contribuições e sem limite de prazo, aquele que esteja em gozo de benefício por incapacidade temporária ou de benefício de prestação continuada (BPC/LOAS).
- 94** O segurado aposentado pelo RGPS que continuar trabalhando como empregado no setor privado e ficar incapacitado temporariamente para o exercício do seu ofício não poderá cumular os benefícios de aposentadoria e de incapacidade temporária.
- 95** Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para a concessão dos benefícios de auxílio por incapacidade temporária ou de aposentadoria por incapacidade permanente, as contribuições anteriores à perda somente serão computadas para fins de carência depois que o segurado contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com metade dos números de contribuições exigidas para cumprimento do período de carência imposto por lei.

A respeito de benefícios previdenciários e assistenciais, julgue os itens seguintes.

- 96** Para fins de concessão de benefício de prestação continuada BPC/LOAS, considera-se impedimento de longo prazo aquele que produz efeitos pelo prazo mínimo de três anos.
- 97** É permitido que um ato do ministro de Estado do Trabalho e Previdência estabeleça as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da perícia médica federal quanto à incapacidade laboral, hipótese na qual a concessão do benefício por incapacidade temporária será feita por meio de análise documental, incluídos atestados ou laudos médicos, realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 98** O segurado aposentado por incapacidade permanente pode ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o seu afastamento ou a sua aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, exceto no caso de ser o segurado pessoa com HIV/AIDS.
- 99** A incapacidade necessária para a concessão do benefício de prestação continuada (BPC/LOAS) é a mesma exigida para o recebimento dos benefícios previdenciários por incapacidade temporária.
- 100** A perda da audição, ainda que em grau mínimo, pode ensejar a concessão do auxílio-acidente ao segurado quando se reconhece a causalidade entre o trabalho e a doença e dessa condição possa resultar, comprovadamente, a redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente o segurado exercia.

Ter um sistema universal, que é referência em rede assistencial, e contar com uma grande experiência no enfrentamento de epidemias deveriam proporcionar ao Brasil, onde aproximadamente 80% da população depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vantagem no combate à covid-19. A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

- 101** A prevenção de doenças como tuberculose e certas neoplasias por meio de procedimentos de diagnóstico e rastreamento e, conseqüentemente, de tratamento, foi comprometida durante a pandemia.
- 102** A orientação inicial de que apenas indivíduos com sintomas graves deveriam buscar os serviços de saúde acarretou a diminuição, também, no atendimento de condições crônicas.

Acerca dos atendimentos realizados pelos componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), julgue os itens subsequentes.

- 103** Os serviços residenciais terapêuticos são moradias para acolher pessoas em sofrimento psíquico egressas de internações psiquiátricas de longa permanência em hospitais psiquiátricos e que possuam suporte social e laços familiares.
- 104** A única forma de acesso aos atendimentos dos centros de atendimento psicossocial (CAPS) se dá por meio de solicitação do próprio usuário, dados os aspectos éticos envolvidos nesses atendimentos.
- 105** As unidades de acolhimento (UAs) oferecem cuidados diurnos de saúde, de acordo com o projeto terapêutico singular (PTS) elaborado pela equipe multidisciplinar.

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) é um conjunto de ações e serviços de saúde que visa qualificar o atendimento de pessoas com deficiência permanente ou temporária no Sistema Único de Saúde (SUS). Acerca da RCPCD, julgue os próximos itens.

- 106** A RCPCD foi estruturada para garantir acesso e cuidado integral, o que abrange promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação.
- 107** O atendimento nos serviços no âmbito da RCPCD dever ser realizado por meio do projeto terapêutico singular (PTS), cuja elaboração deve envolver equipe multiprofissional, usuário, familiares e acompanhantes.

De acordo com a Lei n.º 14. 289/2022, julgue o item a seguir.

108 É facultada a divulgação, nos serviços de saúde, de informações que permitam a identificação da condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose.

A respeito da Lei n.º 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, julgue os itens a seguir.

109 É possível o tratamento dos dados sensíveis quando o titular, ou seu responsável legal, consenti-lo, de forma clara e destacada, para propósitos específicos.

110 O tratamento dos dados sensíveis poderá ocorrer, inclusive, visando à proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

Com base no disposto na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, e na Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), julgue os itens seguintes.

111 O auxílio-inclusão será devido à pessoa com deficiência a partir da data do requerimento, devendo o seu valor corresponder à totalidade do valor do benefício de prestação continuada em vigor.

112 O exame médico-pericial compõe a avaliação biopsicossocial da deficiência para a concessão do benefício de prestação continuada, podendo ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina.

113 Na avaliação biopsicossocial da deficiência, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, devem ser considerados, entre outros aspectos, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

114 A pessoa com deficiência tem o direito a atendimento domiciliar pela perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) caso o seu deslocamento lhe impute, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, custo excessivo.

115 O benefício de prestação continuada no valor de até um salário mínimo concedido a idoso com mais de 65 anos de idade será computado, para fins de concessão do benefício a outro idoso da mesma família, no cálculo da renda familiar mensal.

116 Para fins de concessão do benefício de prestação continuada, em regra, considera-se pessoa com deficiência aquela que tenha impedimento de médio ou longo prazo de natureza física ou mental.

117 A supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica e a promoção da integração ao mercado de trabalho são consideradas, respectivamente, um princípio e um objetivo da assistência social.

118 A avaliação social e a avaliação médica para fins de concessão do benefício de prestação continuada são realizadas por profissionais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sendo permitida a celebração de parcerias institucionais para a realização dessas avaliações.

Considerando o que dispõe o Decreto n.º 10.593/2020, julgue os itens a seguir.

119 O Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão colegiado de natureza deliberativa, é responsável por elaborar os planos de proteção e defesa civil dos municípios e estados.

120 O estado de calamidade pública pode ser declarado por ato do chefe do Poder Executivo dos estados ou dos municípios, quando necessária a adoção de medidas imediatas ou excepcionais destinadas a atenuar os efeitos decorrentes de um desastre.

Espaço livre